



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DOMINGOS RODRIGUES DE BRITO

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA
EXEMPLIFICADA NO SETOR CIMBA**

ARAGUAÍNA-TO

2016

DOMINGOS RODRIGUES DE BRITO

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA
EXEMPLIFICADA NO SETOR CIMBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado.

Orientador (a): Prof.Dr. Jean Carlos Rodrigues

ARAGUAINA-TO

2016

Brito, Domingos Rodrigues de

S7251 Análise da política de urbanização da cidade de Araguaína exemplificada no setor

Cimba/ Domingos Rodrigues de Brito.- Araguaína: [s.n], 2016.

41 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues

Monografia (graduação de licenciatura em geografia)- Universidade Federal do Tocantins, 2016.

1. Análise. 2. Política e Urbanização. I. Título

CDD 370

DOMINGOS RODRIGUES DE BRITO

**ANÁLISE DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ARAGUAÍNA
EXEMPLIFICADA NO SETOR CIMBA**

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues (Orientador)

Prof^a. Dr^a Jacira Garcia Gaspar (Examinadora)

Prof. Dr. Luis Eduardo Bovolato (Examinador)

AGRADECIMENTOS

Em especial, primeiramente agradeço a Deus, pelos vários momentos de felicidade em minha vida; pela saúde, Fé e coragem.

A Universidade Federal do Tocantins por tornar possível a realização de mais um sonho, que consistiu na formação e graduação do curso de Geografia.

A todos os professores do curso de geografia pela dedicação e apoio na conclusão do presente curso. Agradeço às pessoas e aos meus amigos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste TCC.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues, pelo incentivo.

A minha família que me deu apoio nos momentos mais difíceis no decorrer da minha vida acadêmica, em especial aos meus filhos pela compreensão e colaboração.

A geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resulta das relações entre os homens e entre estes, e a natureza.

ROBERTO LOBATO

RESUMO

Atualmente, as novas discussões em prol dos saberes da Geografia ultrapassam as concepções conservadoras e progressistas, propondo a construção dos conhecimentos geográficos embasados nos espaços, nas vivências e nos simbolismos construídos pelo imaginário social. Os que defendem essa concepção afirmam que o imaginário social está impregnado por símbolos que dimensionam a compreensão de coisas concretas, tais como paisagens, ruas, bairros; para a representação que cada um elabora a partir da percepção. Desta forma objetiva-se evidenciar como se forma o espaço urbano, fazendo uma reflexão sobre política de urbanização nos dias atuais. Através de um estudo no Setor Cimba. O espaço é construído ao longo do tempo de vida das pessoas, de acordo com o momento histórico em que se encontram e revelam a forma como eles vivem, o tipo de relação existente entre elas e quais as relações elas estabelecem com a natureza. Nesse contexto, o espaço possui significados diferentes, os quais são indispensáveis para a compreensão da trajetória de sua construção, sendo necessário, para isso, entender as relações entre os fenômenos que vão se concatenando para formar o espaço. Foram relevantes os pontos fundamentais apontados pelos autores, sobre o papel exercido pela política que cria sugestões teóricas um quanto positivista para época que apresenta experiência ultrapassada, mas o sentido de política continua o mesmo, apontando a liberdade e a garantia de vida.

Palavras-chave: Araguaína. Loteamento urbano. Urbanização.

ABSTRACT

Currently, the new discussions in favour of knowledge of geography beyond the conservative and progressive ideas, proposing the construction of geographical knowledge based in the spaces, the experiences and the symbolism built by social imaginary. Those who advocate this conception contend that the social imaginary is impregnated by symbols that scale the understanding of concrete things, such as landscapes, streets, neighbourhoods; for the representation that each one develops from the perception. In this way aims to show how it forms the urban space, making a reflection on urbanization policy today. Through an industry study Cimba, space is built over the lifetime of the people, according to the historical moment in which they find themselves and reveal how they live, the type of relationship that exists between them and which they establish relations with nature. In this context, the space has different meanings, which are indispensable for understanding the trajectory of its construction, being necessary to understand the relationships among the phenomena that concatenating to form the space. Relevant fundamental points were singled out by the authors on the role exerted by the policy that creates a theoretical suggestions as to time which presents experience positivist outdated, but the sense of politics remains the same, pointing to freedom and the lifetime warranty.

Keywords: Araguaína. Urban allotment. Urbanization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01: Crescimento Populacional do Município de Araguaína	22
GRÁFICO 02: Produto interno bruto da cidade de Araguaina valor adicionado.	23
GRÁFICO 03: Ruas pavimentadas no Setor Cimba	35

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FOTOGRAFIA 01: Imagem da ruina da fabrica da Cimba entre as ruas dois de julho e Afredo Nascer no dia 11\02\2016. **25**
- FOTOGRAFIA 02: De satélite do Setor Cimba no dia 18/07/2005 e 25/09/2015. **27.**
- FOTOGRAFIA 03: Imagem da rua Uxiramas no setor Cimba no dia 09\02\2014. **32**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 01: Ruas com infraestrutura básica no setor Cimba.

33

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01: Leis federais e municipais sobre loteamentos urbanos abertos.	28
QUADRO 02: Lei municipal sobre loteamento fechado.	29
QUADRO 03: Subsistemas de infraestrutura básicas das ruas do setor Cimba.	34

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01: Do Brasil, do Estado do Tocantins e do Município de Araguaína.	21
MAPA 02: Da Cidade de Araguaína e do Setor Cimba.	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	15
CAPITULO I	
2. ESPECULAÇÃO URBANA-----	17
2.1. A Formação do Preço do Solo Urbano -----	18
2.2. Por que Ocorreu a Especulação Imobiliária -----	18
CAPITULO II	
3. A CIDADE DE ARAGUAÍNA TOCANTINS-----	20
3.1. O crescimento da cidade de Araguaína Tocantins- -----	22
3.2. O setor Cimba -----	25
CAPITULO III	
4. A POLÍTICA E A ESPECULAÇÃO -----	28
4.1. Os benefícios da Influência dos loteadores sobre a política municipal -----	30
4.2. Os Problemas que a falta de eficácia do poder público provoca no loteamento ----	31
CAPITULO IV	
5. O PROCESSO EDUCATIVO-----	36
5.1. O papel da política na prática do ensino-----	38
5.2. O ensino da urbanização no nível fundamental e médio -----	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	42
7. REFERÊNCIAS-----	44

1. INTRODUÇÃO

A região que hoje é denominada Araguaína começou a ser desbravada por volta de 1876, quando surgiram os primeiros acampamentos às margens do Rio Lontra e a partir daí foi se formando um pequeno povoado chamado de Livre nos Deus. Hoje este povoado tornou-se a cidade de Araguaína, com uma população estimada em 170.183 habitantes sendo uma das cidades mais importantes do norte estado do Tocantins por ter um grande número de frigoríficos e de propriedade de criação e engorda de bovino com emprego e renda que movimentam o comércio local. (BRASIL, 2009)

A ideia da pesquisa surgiu a partir de observação de protesto dos universitários da Universidade Federal do Tocantins Campus da Cimba, que na época cobrava melhorias no transporte coletivo, na segurança pública, construções de calçadas nas ruas de acesso à universidade, iluminação pública e limpeza dos terrenos próximos à universidade, devido à ocorrência de assaltos furtos e estupros. Nesse momento surgiu a ideia de realizar uma pesquisa sobre a análise da política de urbanização empregada na cidade de Araguaína e foi escolhido como área de pesquisa o Loteamento que hoje é o Setor Cimba.

Esta pesquisa teve como fontes primárias e secundárias, como livros, em secretarias como a de cultura do município, leis municipais e federais, que regulam a implantação de loteamentos. Além disso, foram pesquisadas as publicações nos diários oficiais pesquisa na internet, sobre publicações de dados referentes ao assunto por pessoas ligadas aos empreendimentos realizados nessa região, e pesquisa a campo com coleta de dados referentes ao processo de implantação desse loteamento. E foram utilizados mapas, fotos a campo e de satélite, artigos publicados e teses.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o município passou a registrar uma elevação da taxa de urbanização. Com isso, pode-se afirmar que o desenvolvimento da cidade em estudo começou a partir de 1960, com a implantação da rodovia BR-153, a Belém-Brasília. (DIAS et al.; 2012).

Com esse fator a cidade de Araguaína tem um grande mercado consumidor, e começou a se tornar especulativo por parte dos proprietários de terra urbana, que começaram a usar suas influências (ARAÚJO, 2000). Há região de estudo, há elementos urbanos que favorece a sua valorização como Colégio Alfredo Nasser, Cat-Sesi, Centro de Atividade do Trabalhador, UFT- Universidade Federal do Tocantins, IFTO-Instituto Federal de Ciência e

Tecnologia do Tocantins, Casa do Estudante, Unidade Básica de Saúde Manoel Maria Dias de Brito, que foi inaugurada após a disponibilização para venda de lotes, e um projeto de promessa de campanha do atual prefeito que foi eleito posteriormente deu início às obras do Parque Benedito Boa Sorte.

CAPITULO I

2. ESPECULAÇÃO URBANA

O espaço urbano se forma através das aglomerações com as suas peculiaridades. Esse espaço acaba se tornando dinâmico e atrativo. Com isso, aumenta o valor da terra urbana. Esse processo gera expectativa aumentando a procura que provoca o aumento de grande valia que fez o valor do solo se torna mais atraente financeiramente do que o valor que a produtividade deste solo alcançaria, e para obtenção de maior lucro, o solo passa a ser dividido em lotes e comercializado como o próprio bem de valor, não levando em conta se é um solo rico em nutrientes ou pobres. Com isso passou a interessar é o dinamismo do local, sua infraestrutura e sua localização. Os fatores geográfico como o relevo da terra pouco interferira porque esses espaços na maioria das vezes serão modificados para se adequar àquele projeto que tem como objetivo a lucratividade e as articulações de forma planejada que são essenciais para atingir esse objetivo, que é de dar potencialidade ao local. (ARAÚJO, 2000)

Santos (2005, p. 107) acredita que “[...]A terra urbana, divida em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro no futuro, esperança justificada pela existência de demanda crescente.”

Para Corrêa (1989), os proprietários de terras urbanas buscam valorizar seus terrenos pressionando o estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura. Tais investimentos valorizam a terra, e as campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área ao mesmo tempo em que o preço da terra sobe constantemente.

E preciso considerar que a ação do estado processa-se em três níveis político administrativos e espaciais: Federal, estadual e municipal. A cada um destes níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. A final a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece, de um longo tradição reforçada pelo fato de que numa economia cada vez mais Monopolista, os setores fundiários e imobiliário menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais. (CORRÊA. 1989 p. 26).

Essa política faz com que pessoas influentes perante o poder municipal consigam que o município direcione alguns recursos para seus terrenos e assim aumentados, seus ganhos na comercialização de seus patrimônios. Com isso proporcionado varias opções na

comercialização de seus terrenos, a infraestrutura básica garantida pelas leis federais mais que dão certa autonomia para estados e municípios, que garante a infraestrutura básica para sua população. Esse poder que emana perante o poder público, surge basicamente de influência locais, elitistas que têm ligações com governantes e essas pressões beneficia loteador e especuladores. (SANTOS, 2005).

2.1. A formação do preço do solo urbano

O preço da terra urbana acaba sendo definido, pelo dinamismo exercido dentro do loteamento ou nas proximidades, e também pela localização que este terreno esta situado neste perímetro urbano; se é numa área próxima ao centro, ou área de expansão definida pelo plano diretor municipal. Esses espaços acabam sendo negociados pela facilidade, e funcionalidade exercida nesse local ou apenas pela promessas de investimento nessa região. Com isso, ocorre uma persuasão maior ao enfocar este empreendimento através desses fatores que facilitam a negociação no momento da venda desses terrenos pelo loteador e aumenta a perspectiva de obter sucesso econômico com o empreendimento.

Vasconcelos Filho, (2013, p.45) acredita que “[...] Nessa e em outras perspectivas se percebem que as forças políticas, econômicas e ideológicas, produzem transformam, adaptam e reproduzem novas feições, estruturas e vivências urbanas.”

Sposito, (2008, p.67) acredita que “[...] A nível do urbano esta diferenciação se concretiza em áreas residenciais diversificadas em termos de padrão habitacional, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.”

Os preços do espaço urbano acontecem, pelo fato da necessidade de tantas pessoas de morar, muitas vezes próximo do local de estudo, do trabalho, para facilitar na hora da locomoção. Já o preço especulativo se da por diversos fatores, entre eles estão à potencialidade do local, os padrões de hierarquização como os diferentes instrumentos de concentração de poder e renda e pela expectativa criada pela potencialidade através da circunstancia criada pelo loteador através da influência da mídia gerada nesse local.

2.2. Por que ocorre a especulação imobiliária.

Nesta perspectiva quem pode investir, retém a terra urbana assim terá uma alternativa confiável de investimento, cujo referencias de lucro alto, rápido e seguro

são garantias certas de retorno capitalista de recursos investidos. O resultado é um processo contínuo de acumulação de terras urbanas, a partir de mais investimentos, assim como todos os seus subprodutos que este investimento pode garantir, como a construção de imóveis, aluguéis, instalações de equipamentos urbanos, dentro outros. (VASCONCELOS FILHO; 2013, p.42).

Singer, (1973-1978, p.88) acredita que “[...] O resto da economia, na medida em que as relações de troca entre as duas partes são influenciadas pelos sobre preços que os monopolistas podem impor exatamente por serem monopolistas.” A análise do espaço deve ocorrer a partir de um vai e vem constante entre a descrição, as relações, as explicações do aparente e a busca de justificativas desta aparência (CALLAI, 2000).

Nessa linha de raciocínio, um aspecto que tem um significado importante para Callai (2000) é a dimensão histórica, pois corrobora com subsídios para compreender a dinâmica das relações sociais travadas pelos seres humanos, a dinâmica do seu trabalho, a dinâmica de outras atividades e das relações que mantidas com a natureza, criando e produzindo formas que evidenciam questões de ordem social, cultural, religiosa e étnica.

As formas espaciais são resultados de processos passados e condição para os processos futuros. O espaço é definido como um fator da evolução social, pois ele é uma instância da sociedade, o que significa dizer que o espaço é social e facilitando a aprovação de loteamentos sem que tivesse garantias mínimas necessárias e assim se tornando um problema por causa da falta de acessibilidade das classes baixas. E também não ocorrendo as garantias mínimas do loteador. No próximo capítulo abordamos um breve resumo sobre história da cidade de Araguaína, mapa da sua localização, falando sobre o crescimento da cidade de Araguaína usando gráfico, seus principais setores na economia, seus problemas e sua influência nas cidades vizinhas. Nessa etapa começamos a abordar a área de estudo com um breve resumo sobre história do loteamento “Cimba”, usando foto das ruínas da antiga fábrica, mapa destacando a localização do Setor Cimba e os órgãos públicos ali existentes.

CAPITULO II

3. A CIDADE DE ARAGUAÍNA TOCANTINS

A região que hoje corresponde ao município de Araguaína. Começou a ser desbravada por volta de 1876, por imigrante vindo do estado do Piauí, sendo que suas matas já eram habitadas pela tribo dos Carajás. Esses índios já estavam estabelecidos na floresta que existia nesse local, que era banhado pelo rio Lontra e Andorinha que fazem parte da bacia do rio Araguaia e são afluentes da margem direita. Para o IBGE¹, o primeiro habitante foi João Batista da Silva além dos Silvícolas. (IBGE, 2012).

O primeiro nome dado a essa região foi “Livre nos Deus”, pelos imigrantes que chegaram e se estabeleceram na margem direita do rio Lontra. Esse nome se deu pelo risco de ataque eminente por parte dos índios que tentava defender sua terra dos forasteiros que invadiam seu espaço e se estabeleciam como legítimos proprietários da terra. E por ser uma área de difícil acesso naquela época, esse local demorou a se desenvolver permanecendo praticamente as famílias desses primeiros imigrantes.

E só por volta de 1925, com a chegada de novas famílias, é que alterara o nome do lugar que passou a se chamar de “Povoado Lontra” e ergueram nessa época, o primeiro templo uma igreja católica. Durante este período essa região, que hoje pertence ao município de Araguaína, pertenceu ao Município de São Vicente do Araguaia e Boa Vista do Tocantins que hoje são Araguatins e Tocantinópolis, e porém por volta de 1949 mudaram novamente seu nome meses após para povoado de Araguaína permanece até os dias atuais pois naquela época ele passou a pertencer ao município de Filadélfia.

E em 1953 através da Lei Municipal nº86 o povoado passou a ser distrito e em 1958 pela Lei estadual nº52 ocorreu sua desmembração e demarcação de seu município sendo instalado em 1959 e com a construção da rodovia Belém Brasília na década de 60 por então presidente do Brasil o Sr. Juscelino K. de Oliveira. A rodovia trouxe prosperidade a esse local retirando do isolamento que tinha por falta de estradas e devido a sua localização que se tornou estratégica para se residir e para o comércio a cidade de Araguaína de 1960 a 1975 em 15 anos saiu de um povoado que tinha sido emancipado um ano antes da rodovia para a quarta maior cidade do Estado de Goiás, e o norte goiano na qual se localizava Araguaína, continuou

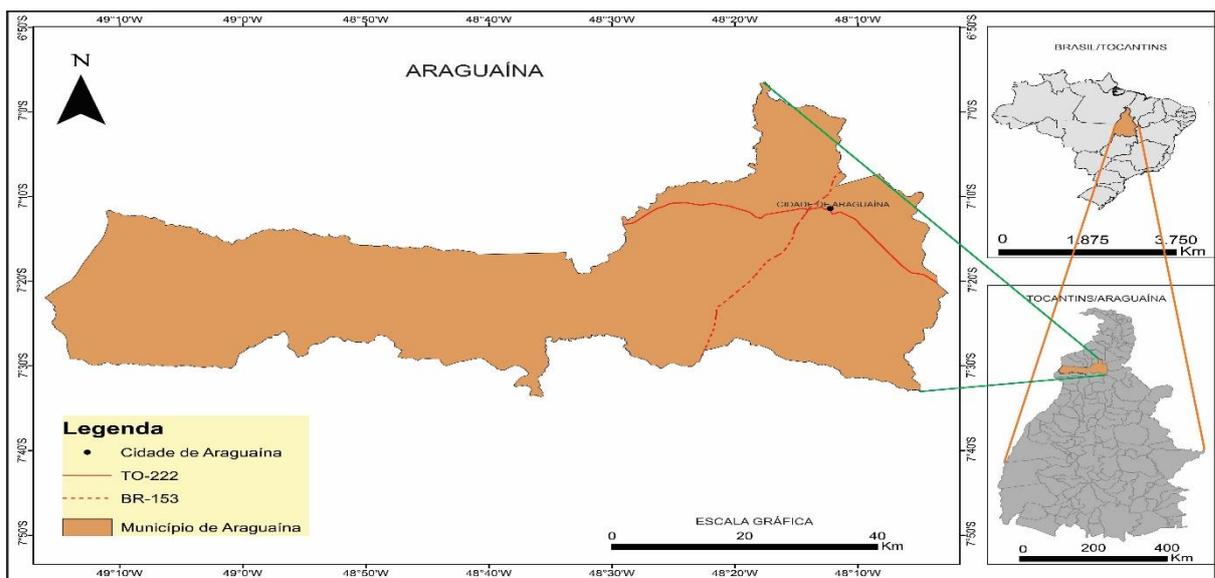
¹ www.cidades.ibge.gov.br

no atual Estado do Tocantins em 1988, que permaneceu como a maior cidade do novo estado até os dias atuais, ficando menor apenas que a Capital do estado a cidade de Palmas.

A partir desse momento, o Município de Araguaína teve como o primeiro gestor nomeado o Sr. Casemiro Ferreira Soares, sendo que o primeiro prefeito eleito foi Sr. Anatólio Dias Carneiro, dando assim iniciou a este Município que cresceu à beira da BR153, sem ser planejada mais com grande taxa de crescimento desde a sua criação até os dias atuais.

A cidade de Araguaína que fica às margens da BR -153 e da TO- 222, como observar na figura abaixo que representa o mapa do Brasil, do estado do Tocantins e do Município de Araguaína, que durante estes cinquenta e seis anos de sua história de emancipação política passou por grandes transformações, de um pequeno povoado chamado “Livre nos Deus”, para um Município de referência para o norte do Brasil com grande influência sobre o sul do estado do Pará, parte do Maranhão.²

MAPA 01: Do Brasil do Estado do Tocantins e do Município de Araguaína.



Fonte: SEPLAN-TO, Base de Dados Geográficos do Tocantins – atualização 2012.

Digitalização: Reges Sodré (2015).

² Para a revista Veja (edição; 2180, ano; 43, Nº 45, P. 98. Data; 01/09/2010).

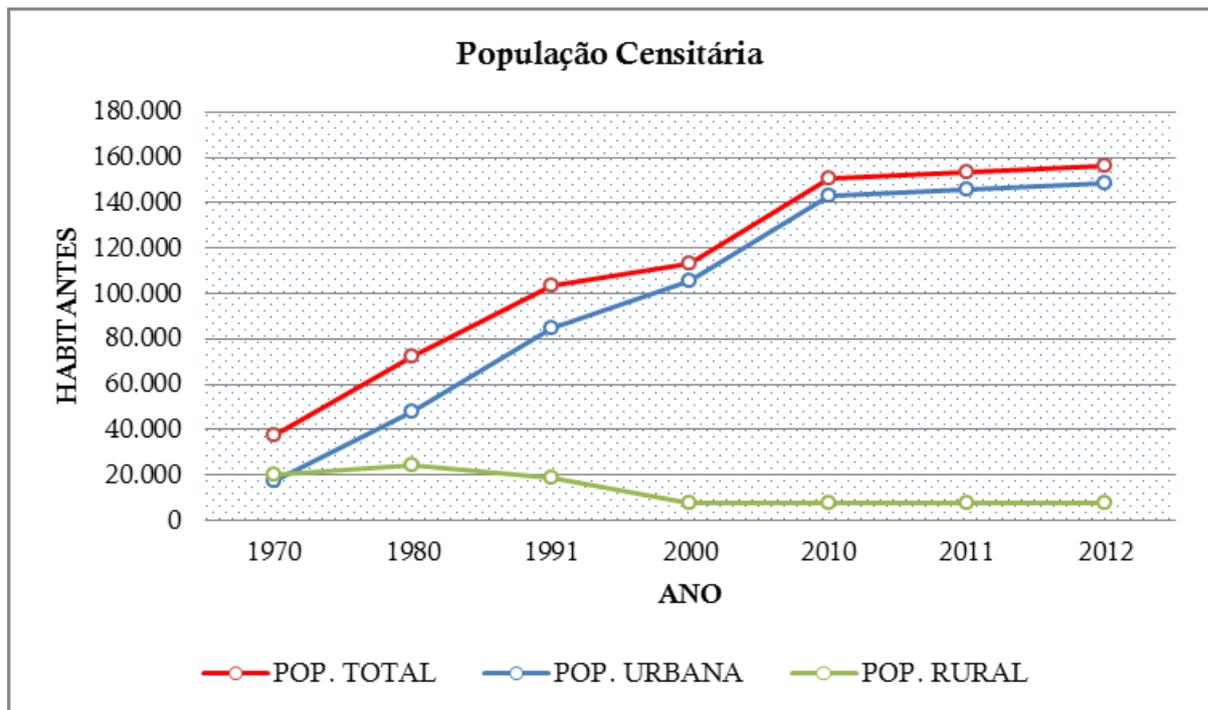
Estudo publicado em setembro, os comerciantes de Araguaína abastecem também o sudeste do Pará e o sudoeste do Maranhão. A população que depende de Araguaína no Tocantins e nesse dois estados alcança 1,7 milhões de pessoas.

O Município de Araguaína está localizado nas coordenadas 07°11'27 de latitude sul e de 48°12'25 de longitude oeste, a fica a 380 km da Capital Palmas e 1.100 km da Capital Federal Brasília.

3.1. O crescimento da cidade de Araguaína Tocantins

Observa-se que o município de Araguaína, tem um crescimento bastante elevado principalmente em tratando da população urbana, pois em 42 anos de 1970 a 2012 essa população saiu de 17.372 a 148.571 habitantes, enquanto a população rural teve um declínio de 1970 até o ano de 2000 de 24.107 a 7.559 habitantes e se estabilizou de 2000 em diante, tendo permanecido por volta de um total em 2012 de 7.552 habitantes, como pode ser visto no gráfico abaixo.

GRÁFICO 01: Gráfico censitário do crescimento populacional do Município de Araguaína



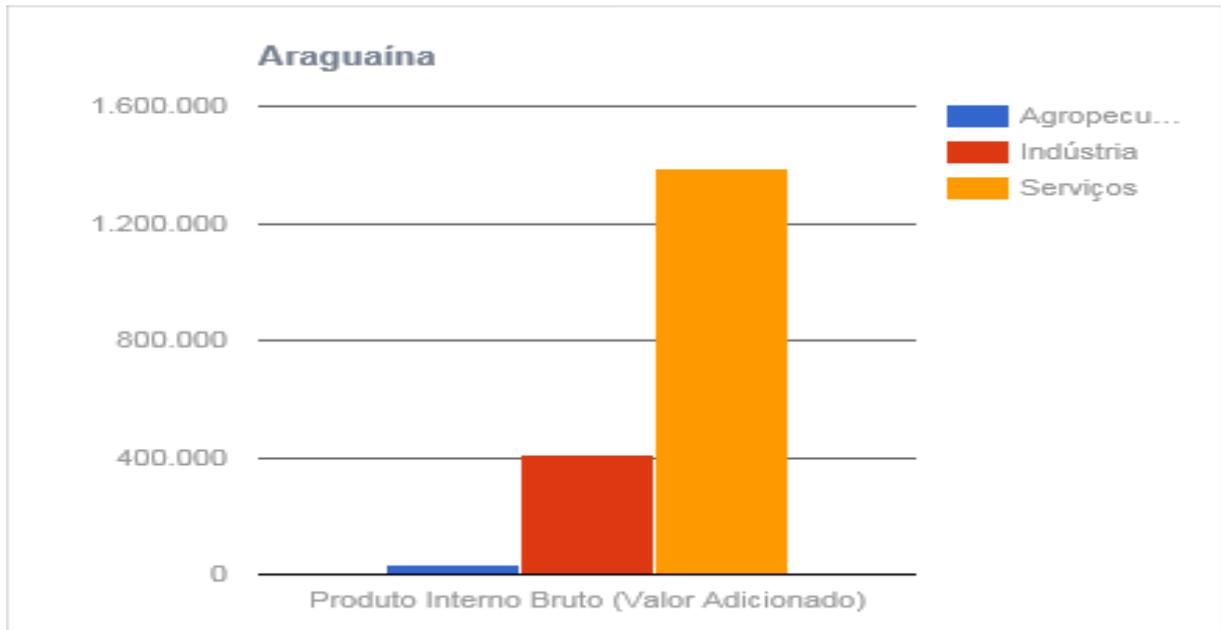
Fonte: IBGE, PUBLICADO PELA PREFEITURA DE ARAGUAINA NO PMAE. p. 72³

No aspecto sociocultural, percebe-se o enorme volume de migrações observando-se visível e rápida mudança de costumes e hábitos do cotidiano, principalmente, com o considerável contingente oriundo das regiões Sul e Sudeste do país.

³ PMAE-plano municipal de água e esgoto.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no final de 2015, estimam se que foi atingido um total aproximado de 170.183 mil habitantes no Município de Araguaína, que abrange uma área de 4.000,416 KM², situada na macrorregião ocidental do Tocantins, com 119 bairros. A cidade de Araguaína tem um crescimento bastante elevado, mas ao mesmo tempo se depara com muitos problemas que necessitam ser resolvidos, principalmente por ser uma cidade que surgiu de forma não planejada. Os principais setores da economia de Araguaína, segundo o IBGE, dados publicado em 2015, o “Produto Interno Bruto”, retrata os principais setores da economia do município de Araguaína. O setor de serviço como podemos observar no gráfico 02 com a cor amarela é o setor que, mas contribui com o PIB, sendo R\$ 1.400.000,00 aproximadamente, o setor da indústria em vermelho no gráfico contribui com cerca de R\$ 450.000,00 aproximadamente, e a agricultura vem em ultimo lugar com R\$ 60.000,00 aproximadamente.

Apesar de Araguaína ser considerada a “capital do boi gordo”, o setor agropecuário é o que menos contribui com o PIB do município, porque o PIB leva se em conta gasto produzido pela cadeia produtiva daquele setor econômico, os investimentos feitos para atingir aquela produção como; a formação da pastagem, construção de cercas, manutenção, gastos com suplementos, vacinas, com funcionários, transporte e na recompra para recria e engorda. O valor divulgado é a soma final, menos as despesas, ocorridas em cada setor da economia, mas a agropecuária agrega um valor alto no final da cadeia produtiva gerando um alto custo na sua produção final, isso explica a ultima colocação, pois alguns produtos adquiridos como máquinas que para outros setores seriam contabilizado como investimento no setor agropecuário são consideradas despesas.

GRÁFICO 02: Produto interno bruto da cidade de Araguaína valor adicionado.

Fonte: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/economia>. (28/08/2015).

Outros problemas que mesmo com crescimento e o alto valor de arrecadação que detém o Município, a outros problemas que merecem destaque, para IBGE (2010), a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais 8,4% sendo que as mulheres corresponde a 7,6% em quanto que os homens é de 9,1% a taxa de frequência de pessoas com idade de 6 a 14 anos e de 79,3% , a taxa de óbitos também é elevada com maioria de homens num total de 235 óbitos, masculino para 198 óbitos feminino em 2014, surgiram outros problemas como o crescimento da cidade de forma horizontal com grande extensão mas com muito espaços vazios.

O crescimento da cidade de Araguaína está diretamente ligada a sua localização, e por estar numa zona de transição e assim conseguir polarizar o comércio de cidades menores vizinhas do próprio estado e de estados vizinhos como parte do Maranhão as cidades do Tocantins que mais depende do comércio de Araguaína são Pau-Darco, Arapoema, Bandeirantes, Nova Olinda, Palmerante, Campus Lindos, Goiatins, a cidade de Barra do Ouro, Filadélfia, Babaçulândia, Povoado de Bielândia, cidades de Wanderlândia, Ananás, Piraque, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé, Pontão, Araguanã, Xambioá entre outras.

O fato de Araguaína ser um pólo para região no Ensino Superior e contar com instituições como Escola Técnica Federal como a IFTO, e Universidades com duas unidas da UFT Cimba e EMVZ e a CATÓLICA, Faculdades como o ITPAC, FACIT, e polo de ensino a distancia com UNOPAR, ANHAGUERA, UNIP, faz com que a cidade se torne próspera, com

isso atrai um grande número de pessoas que vêm para estudar nessas instituições e permanecem por aqui, morando e consumindo nesse local. Outro ponto é a busca por saúde e muitas cidades menores do Estado do Tocantins em vez de construírem hospitais acabam comprando ambulâncias para apenas trazerem seus pacientes até Araguaína se tornando outro campo fértil para o crescimento da cidade.

Segundo Gaspar (2013), a universidade e as instituições de Ensino Superior são solicitadas a realizar um papel de grande importância na vida de uma região. Desta forma, o aumento de universitários na cidade impulsiona o desenvolvimento econômico, que caminha junto com o descobrimento, mantendo uma estreita correlação principalmente no setor imobiliário.

3.2. Setor Cimba

A história do setor Cimba se iniciou a partir de 1965, com a instalação da fábrica que extraía óleo de babaçu, e produzia sabão e sabonete. O nome da fábrica da Cimba. Segundo Silveira a “Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica”, Silveira (2009; p.15) acredita que “[...] A própria cimba, por se tratar de uma indústria-rural, apontava para a existência de conexões importantes entre o espaço fabril e as fazendas localizadas no hinterland de Araguaína.”

FOTOGRAFIA 01: Imagem da ruína da fábrica da Cimba entre as ruas dois de julho e Alfredo Nascer .

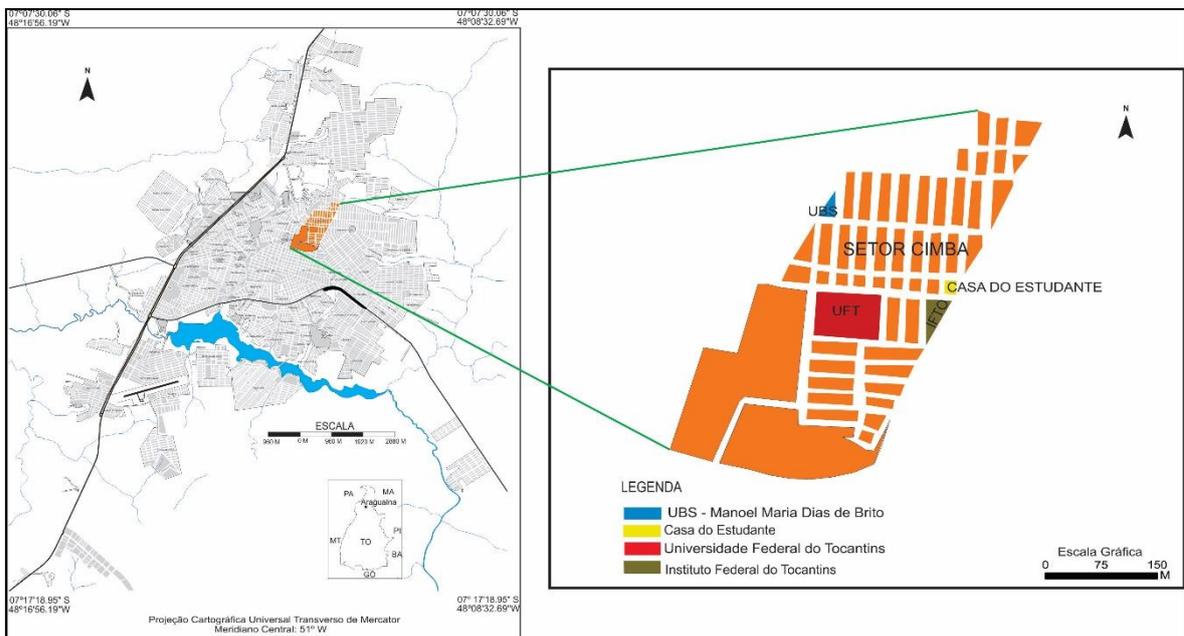


Contextualizada por: BRITO, Domingos Rodrigues de; no dia 11\02\2016.

Essa fábrica se tornou importante para a cidade Araguaína por ser a primeira indústria de Araguaína, uma das primeiras do Norte do Brasil. Trouxe muito emprego para a região, iniciando assim um processo de crescimento urbano. Mas esse empreendimento sempre teve como objetivo manter a posse de terras e dar suporte a fazendeiros da região e do próprio grupo fabricando produtos de necessidade básica que naquela época se tinha mais dificuldade para trazer esses produtos dos grandes centros até esse local, dessa fábrica só resta apenas ruínas como pode ser observado na imagem a cima.

Araguaína era uma cidade que tudo podia ser invadido, era pública, invadir beira de córrego, invadir nascente. As pessoas ocuparam irregularmente a beira do Córrego Canindé, a nascente do córrego, e uma metade de uma avenida ali em frente ao CAT, Centro de Atividades do Trabalhador. Atualmente, 350 famílias que estavam em APP ou em área pública foram contempladas ou está sendo contemplada com uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida.

MAPA 02: Da Cidade de Araguaína e do Setor Cimba.



Fonte: Google Earth (2013).

Digitalização: Reges Sodré (2015)

Observando a localização do setor cimba na cidade de Araguaína Tocantins, durante a pesquisa sobre o processo de crescimento urbano através da interferência da política na urbanização, ao passar do tempo o setor foi sendo povoado, com o Colégio Alfredo Nasser

com CAT-SESI, centro de atividade do trabalhador, UFT-Universidade Federal do Tocantins, IFTO- Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins, Casa do Estudante, e por último a Unidade Básica de saúde Manoel Maria dias de Brito.

O ponto em azul na legenda do mapa 02 corresponde à unidade básica de saúde Manoel Maria dias de Brito, a amarela à casa do estudante de vermelho à Universidade Federal do Tocantins, Cinza escuro ao Instituto Federal do Tocantins, eles contribuíram para este processo que está sendo analisado. No próximo capítulo, abordar-se á política e a especulação, as leis tanto Federal que dispõem sobre o parcelamento do solo, como leis foram criada no Município que beneficiam o setor imobiliário e que também regularizam de forma correta, os benefícios que o loteador pode obter com esses favorecimentos, e foto, tabela, quadro e gráfico enfatizado as infraestruturas que existem e as que não existem no setor Cimba.

Na fotografia 03 podemos observar que no ano de 2005 as ruas de acesso principalmente para as duas instituições da UFT e do IFTO, ainda não eram pavimentadas e já estavam sendo construída ambas então ao lado a imagem do ano de 2015, já com as instituições devidamente instaladas e com um povoamento grande nos bairros próximo às instituições.

FOTOGRAFIA 02: De satélite do Setor Cimba no dia 18/07/2005 e 25/09/2015.



Fonte: Us dept. Of state geographer; image Landsat data sio, noaa, us, navy, nga, gebco.

CAPITULO III

4. A POLÍTICA E A ESPECULAÇÃO.

A política pode ser definida como um diálogo entre as pessoas em busca de solução para um determinado objetivo ou uma representação popular. Para Arendt (2003), a política surge entre os homens como exposição de ideias, quando debatidas entre as pessoas surge alianças e opiniões divergentes, e essas alianças podem ser benéfica ou impactante para população desse local.

QUADRO 01: Leis Federal e Municipal sobre loteamentos abertos.

Leis	Disposições
Lei Federal nº6.766, de 19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
Art. 2º	O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes.
§ 4º	Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe. (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999)
§ 5º	A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. (Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007).
Lei municipal n.º 2495, De 28 de Dezembro de 2006.	Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas marazonas urbanas do município de Araguaína e da outras providencias
Art. 2º	Para os fins desta Lei Complementar, entende-se como:
X	Infraestrutura básica, os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação, pavimentadas ou não;
XII	lote, a parcela de terreno, bem definida e delimitada, resultante do parcelamento do solo urbano devidamente aprovado e inscrito no Registro de Imóveis competente. servido pelo menos de infraestrutura básica;

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm

Fonte: <http://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/2495/668.aspx>

A política se bem executada se torna um instrumento eficiente em favor dos cidadãos, na criação e execução de leis e mecanismo e infraestrutura que possa elevar a qualidade de vida das pessoas ali residente, na melhoria de seu bem-estar social e tendo

influencia até sobre a economia. Mas quando começa a surgir discordância com a lei federal que deve ser seguida como parâmetro em todo território nacional, para os estados e para os municípios eles também exercem um grande poder, pois eles podem criar leis locais tendo como parâmetro de conformidade a Lei Federal, porém quando age de forma divergente por desconhecimento ou por sofrer influências local acabam gerando problemas que no futuro a população local irá sofrer as consequências, que o poder público terá de solucionar no futuro fazendo alterações como é caso da Cidade de Araguaína gastando recursos que poderiam ser investidos em outra área.

Na Lei Federal nº 6.766 na emenda §5º considera se lotes, terrenos servidos de infraestrutura básica, enquanto que na lei municipal nº 2495 ao que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no inciso X fala que as vias podem ser pavimentadas ou não, sem serem pavimentada não têm como ser datadas de infraestrutura básica, ou seja, foi criada para atender interesses. Já para loteamentos fechados, a lei nº 2.494/05 foi alterada em 2013 pela lei municipal nº 006 para ficar em conformidade com a lei federal nº 6.766 no inciso IV podem ser observados essa diferença mas para loteamento aberto, a lei continua.

QUADRO 02: Lei municipal sobre Loteamentos fechados

Leis	Disposições
lei complementar municipal 006 de 09 de julho de 2013	Dispõe sobre a implantação de loteamento com o perímetro fechado, modifica a área mínima de lotes alterando a lei ordinária 2494/96 e modifica os índices urbanístico alterando a lei 2494/2006.
Artigo 3º	As áreas públicas de que trata a concessão serão equivalentes no mínimo a criação de 35% (trinta e cinco por cento) da área do empreendimento e corresponderá às vias de circulação local, parques, praças, áreas verdes, espaço livres e área reservadas para equipamentos urbanos e comunitário nos termos da lei municipal nº 2.424, de 3 de outubro de 2005 plano diretor do município, e da lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.
II	Construção, pelo loteador, de equipamentos comunitários nas Marazonas Urbanas (UM) conforme projeto e diretrizes definidos pelo órgão da administração Municipal responsável pela política urbana:
IV	Construção, pelo loteador, na área de influência direta do empreendimento, de as de infraestrutura urbana definidas pelo poder executivo Municipal, tais como pavimentação e drenagem de logradouros públicos, praças públicas, áreas de lazer, dentre outras, que beneficiem os bairros ao empreendimento.

Fonte: <http://leis.araguaina.to.gov.br/LeiComplementar/6/1219.aspx>

Segundo Arendt (2003), a política acaba por definir os rumos do crescimento de uma cidade não só pelo plano diretor, mas por permitir brecha nas leis municipais que acarretam prejuízos ao município ao fugir do recomendado pelas leis federais ao observamos o quadro

acima podemos notar que quando o Município se adequar a lei nº 006, sobre loteamento fechado, vai trazer uma grande economia aos cofres públicos, pois os loteadores irão arcar com infraestrutura como pavimentação, drenagem de logradouros públicos, praças públicas e áreas de lazer e outros enquanto que no loteamento aberto, essas infraestrutura só irão ocorrer se o loteador tiver consciência ou vontade de enaltecer o seu empreendimento ou o próprio poder público investir recursos que irão ser aplicados em outras áreas para corrigir esses problemas, essa lei deveria ter sido alterada tanto para loteamentos fechados como para aberto.

4.1. Os benefícios da Influência dos loteadores sobre a Política Municipal.

A política interfere no processo de urbanização em benefício do loteador, pois a apesar de ser numa área central, o Setor Cimba já havia sido lançado há 19 anos mais ficou praticamente sem investimento por parte do grupo, mas com a implantação da Universidade Federal do Tocantins e da Casa do Estudante e do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins, e com a construção da unidade básica de saúde Manoel Maria Dias de Brito que ficou pronta, depois do lançamento do loteamento para venda a população em geral, à procura tornou grande pela compra desses lotes e com valor bem maior do que seria anteriormente.⁴

Carlos (2007, p.53) acredita que, “A fábrica aqui, o depósito ali, a rede de transporte acolá, a infraestrutura, as moradias, ruas, praças playgrounds, parques estacionamentos, etc.[...] produzem um espaço hierarquizado, diferenciado [...]”

No loteamento Cimba, além de já contar com instalações como IFTO, UFT, Unidade Básica de Saúde, e já tinha o SESI, havia uma promessa de campanha do atual prefeito de (2013 a 2016) construir o Parque Cimba que está sendo construído e chamará de Benedito Boa Sorte, é um investimento que conta com um orçamento por volta de R\$5 milhões de reais, que tem como objetivo preservar as ruínas da antiga fábrica da Cimba e proporcionar lazer e práticas esportivas, essa dinâmica criada pela dinamismo que esses investimento públicos trouxeram para esse loteamento, apesar se ser uma área central por está localizada na zona centro norte 3 são as zonas localização em Araguaína de cobrança de IPTU definida pelo

⁴ Segundo Daniel Ferreira presidente do grupo Boa Sorte, em entrevista ao portal o norte no dia 5 do 10 de 2011, no dia do lançamento para disponibilização do lotes para população adquirir, este empreendimento já havia sido lançado a 19 anos e estava sendo disponibilizado com os seguintes valores com entrada de 1 mil a R\$ 3mil reais e parcelas de 200 a R\$ 350 reais em ate 180 parcelas. Fonte: <http://www.portalonorte.com.br/araguaina-5956-grupo-boa-sorte-lanca-empreendimento-imobiliario-na-cidade.html>

prefeitura municipal de Araguaína, todos esses investimentos facilitam para o loteador destacar os benefícios desse local em propagandas e conseqüentemente garantir a lucratividade desejada por esses proprietários.

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso urbano, esta pressão não é fundiários. Alguns, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura especialmente a viária: as cidades brasileiras fornecem vários exemplos desta prática. (CORRÊA, 1989, p.16).

Essas políticas acabam por proporcionar a criação de loteamentos sem a infraestrutura adequada. E ao mesmo tempo conseguem a valorização semelhante àqueles que investiram em seus terrenos dando funcionalidade para conseguir valorizar essa política que facilita e prejudica os cidadãos por que adquirem esses terrenos que não têm a infraestrutura adequada que posteriormente o poder público vai ter de solucionar estes problemas para o próprio bem da sociedade como é o caso de várias ruas que estão sendo modificada pela atual gestão municipal.

Para atender melhor a população de Araguaína, podem ser citadas as ruas que passaram por reparos ultimamente como Av. Santos Drummond, Av. Conego João Lima, Av. Castelo Branco e várias outras, mesmo assim esse dinamismo provoca expectativa que gera compra e acúmulo de terrenos gerando especulação e espaços vazios, só que essas falhas fazem com que ainda hoje em 2015 existam uma ou outra rua sem pavimentação como no caso da rua Uxiramas que ainda tem parte sem pavimentação.

4.2. Os Problemas Que a falta de eficácia do poder público provoca no loteamento.

Para se criar um loteamento existem várias etapas em que o loteador deve cumprir antes de ser disponibilizada a venda. Essas etapas são necessárias para garantir a viabilidade do empreendimento; os estudos necessários de impacto ambiental e de infiltração no solo e escoamento das águas pluviais, para começar a realizar as obras necessárias exigidas tanto pelas leis federais como estaduais e municipais garantindo assim o mínimo necessário que é a infraestrutura básica, os espaços livres exigidos pelo poder público para beneficiar a sociedade tanto no bem-estar social, quanto na qualidade de vida, mais com a influência política os loteadores conseguiram vender lotes até mesmo para o poder público sem que essas obrigações fossem cumpridas.

E esse processo de venda de lote para o poder público antes mesmo da construção do loteamento traz benefício para o loteador, pois o poder público se vê obrigado a trazer uma estrutura básica para atender estes empreendimentos, como transporte segurança pública e pavimentação de acesso a estes investimentos como iluminação e permitindo que se construa no loteamento sem que tivesse a infraestrutura básica que a lei federal exige e assim conseguindo se instalar graças a falhas na lei municipal e esses empreendimentos uma vez instalados geram fluxo de pessoas no local gerando expectativa que traz consigo a especulação fazendo com que aqueles que detêm recurso no momento comprem estes terrenos com mais facilidade criando assim espaços baldios, no caso do setor cimba que o setor não estava pavimentado e até hoje em novembro de dois mil e quinze, ainda a ruas sem serem pavimentadas como podemos observar, na imagem.

FOTOGRAFIA 03: Imagem da Rua Uxiramas no setor Cimba.



Contextualizada por: Brito, Domingos Rodrigues de; no dia 09\02\2014.

Segundo Sousa (2012), os estudos de pesquisa são necessários para compreender as questões que surgem no seio da sociedade como as falhas na criação de leis e na ineficiência dos gestores públicos; na fiscalização, os problemas que essas falhas provocam, gerando assim outros transtornos e gastos desnecessários tanto para o poder público como para população que reside nessa região ou precisa trafegar nessa área e ao se tirar dinheiro público que deveria ser investido em outras áreas para se fazem correção de investimento particular como é no caso de loteamentos que após serem comercializados passa a conservação e cuidados de vias e da infraestrutura para o poder público e essas obras que deveriam ter sido feitas, mas não foram provocam prejuízo a toda a população da cidade e do estado não apenas àqueles que ali residem.

TABELA 01: Ruas com Infraestrutura no setor Cimba.

Sistemas pluviais	Total	Parcial	Sem
Meios-Fios	24	2	1
Sarjetas	5	6	16
Sarjetões	0	0	27
Bocas de Lobo	0	2	25
Conduitos de Ligações	0	2	25
Caixa de Ligação	0	0	27
Poços de visitas	0	0	27
Galerias	0	0	27
Total de ruas	27	27	27

Fonte: Brito; Domingos Rodrigues de

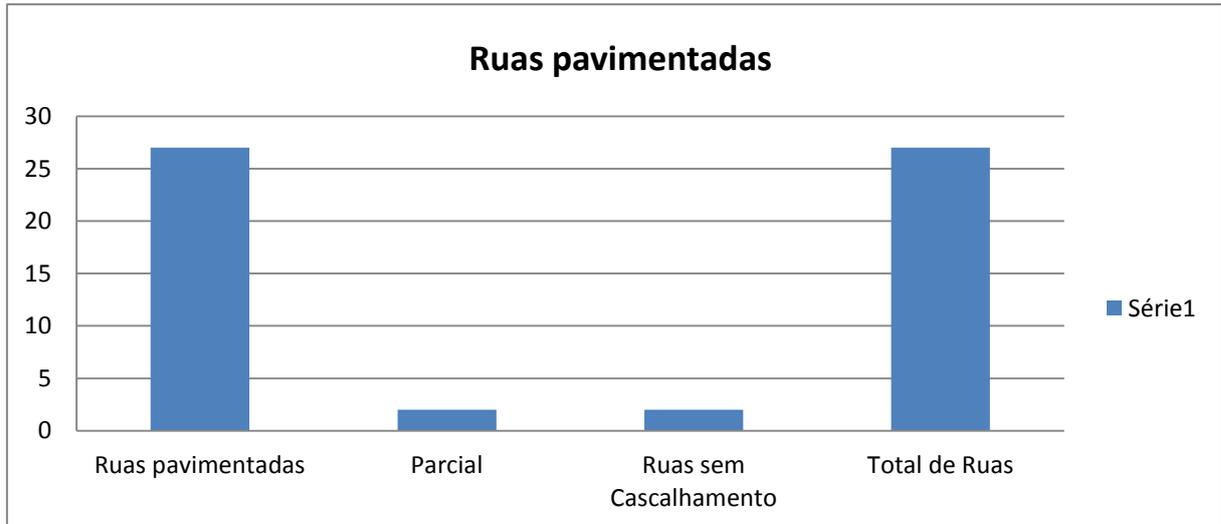
Esse processo, não acontece só devido ao direcionamento investimentos para certas áreas, mas também pela flexibilidade nas leis municipais e na inoperância da fiscalização que fica refém dos políticos municipais que aprovam leis que criam direitos ao loteador em vez de proteger o direito daqueles consumidores que adquiriam estes lotes e não têm a infraestrutura básica adequada, podemos observar na tabela acima o tamanho da disparidade no sistema pluvial, nem uma rua do setor cimba atenderam os requisitos de ter uma infraestrutura básica que a lei exige. A falha não é só do loteador mas principalmente do poder municipal naquele momento que criou lei que permitiu que fosse instalado este empreendimento com esses problemas.

QUADRO 03: Subsistemas de infraestrutura básicas das ruas do setor Cimba.

Subsistemas	Total	Parcial	Inexistente	Total de ruas
Iluminação pública	26	1	0	27
Abastecimento de água	27	0	0	27
Abastecimento de energia elétrica	27	0	0	27
Esgoto sanitário	0	0	27	27
Calçada	0	2	25	27
Ciclovias	0	0	27	27

Fonte: Brito; Domingos Rodrigues de

Esses lotes acabam se tornando um bom negócio para investidores para obter lucro devido à funcionalidade existente no local estabelecida pelo investimento público que aumenta o fluxo de pessoas no local, esse aumento provoca circulação da moeda, com isso, quem tem intenção de lucrar com esse fluxo de pessoas acabam comprando terrenos para construir seu comércio. Para aquelas pessoas que ali trabalham ou que vai ter seus filhos estudados em uma dessas instituições, ou estando próximo a uma unidade de saúde, ou deseja estar próximo ao local, de se exercitar ao ar livre acabam adquirindo esses lotes para construir suas residências; o problema é que muitos desses lotes foram adquiridos por pessoas que estavam querendo obter lucro com esses terrenos assim tendo uma quantidade significativa de lotes vazios nesse loteamento.

GRÁFICO 03: Ruas pavimentadas no Setor Cimba.

Fonte: BRITO, Domingos Rodrigues de

As consequências desses lotes adquiridos com a intenção de se obter lucro e por existirem esses problemas na infraestrutura como podemos observar no gráfico, é que os espaços vazios só irão ser preenchidos quando os donatários desses terrenos resolverem que é hora de resgatar seus recursos.

A urbanização é um processo que não ocorre sozinho, mas que mantém relações com a herança, e com as inovações ocorridas na economia política territorialidade, e como não e de uma só vez por se tratar de muitas pessoas que irão revender quando eles quiserem e ainda pode ser revendido na forma como eles quiserem acaba tendo dinamismo e valorização igual aos demais, mas não com o mesmo desenvolvimento.

O problema da falta de infraestrutura adequada faz com que pessoas que investiram com intenção de obter lucro nesse local, acabam que aqueles que poderiam construir casas e comércio melhores nesses locais vão ou ficam residindo em outros bairros com melhor infraestrutura isso explica por que alguns loteamentos são povoados muito mais rápido do que outro, pois essa infraestrutura terá que esperar o poder público fazer esses reparos porém quando isso vai ocorrer é que ninguém sabe, no próximo capítulo abordaremos o papel da urbanização e o ensino.

CAPITULO IV

5. O PROCESSO EDUCATIVO.

As representações geográficas constituem um modo de ser, um modo de falar da Terra e modificá-la e compreender as reais necessidades dos seres humanos. Não podemos esquecer que o estudo da Geografia é constituído a partir de um corpo conceitual e de conhecimentos assentados sobre os conceitos de tempo, espaço, cultura, sociedade, poder, relações econômicas e sociais, natureza, lugar, região, território e paisagem. É necessário, nesse sentido, compreender quais os objetivos dessa ciência para melhor estabelecer critérios de aplicação de seu conteúdo no processo ensino e aprendizagem.

Conforme Pedro Jacobi (1997, p. 17), “a sociedade, produtora de riscos, torna-se crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria”. É preciso reconhecer nos conteúdos de Geografia a presença das questões do processo de transformação do meio rural em urbano como uma possibilidade de promover ao educando uma reflexão sobre as formas de utilização dos recursos naturais disponíveis, sobre o papel da globalização nesse contexto, e sobre a noção de sustentabilidade.

O processo de transformar o solo alterando seu relevo ou não provocado pelo ser humano para dividir esses terrenos em lotes organizando para criar as aglomerações, dá início à urbanização. E com isso, surge a necessidade de compreender esse processo de transformação do meio rural em urbano, que surge a necessidade de ensinar dez das primeiras séries nas escolas para se criar uma consciência educativa para se ter uma melhor convivência em sociedade respeitando os limites dos outros cidadãos e da própria natureza, pois viver em aglomerações tem que respeitar as diferenças, pois tudo se torna muito próximo.

A educação é criada através da compreensão do indivíduo e da capacidade de percepção que ele possui e da capacidade crítica que ele exerce, mas para conseguir observar, saber criticar, exercer os seus direitos e deveres de cidadão é necessário que não só critique mas também aponte e crie soluções e caminhos para os problemas do cotidiano da sociedade em que vivemos isso só ocorre através de anos de estudo e dedicação, dessa forma se torna necessário se proporcionar o ensino de qualidade nas escolas para que no futuro se tenha uma sociedade mais justa que se preocupa com o próximo ao criar e exija de políticas públicas ao

se criar leis adequadas voltadas para o bem social, que fiscalize e cobre seus direitos e que policie, a si mesmo, pois todos nos é que fazemos o futuro e não só o poder público.

Santos (2010; p.109) acredita que “[...] a cidade mesma nasce para servir a interesses distantes e, por outro lado, sua zona de influência é, muitas vezes, um desses “espaços derivados”, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos [...]”.

O processo educativo para se ter um cidade ou um país melhor, é necessário que, esse processo se inicie desde das primeiras aprendizagens nas escolas, e que tenha também participação dos pais, no processo educativo pois é importante que se aprenda dentro de casa e não só por parte do poder público, pois as crianças seguem muitas vezes os exemplos familiares só que para que ocorram isso e necessário que se tenha interesse da população e para que ocorra esse engajamento é necessário que se esclareça as população dos benefícios de se ter uma cidade da qual fazemos parte, que ela seja construída dentro dos parâmetros que não gerem transtorno à população e nem despesas públicas, a cidade organizada, e limpa é o que deveria ocorrer hoje e não o que se espera para o futuro, pois respeitar os direitos umas das outras e o bem coletivo deveria ser regra básica na convivência do ser humano e não prevalecer o interesse e a vontade de uns ou outros.

Por isso, é que é importante afirmar que não basta reconhecer que a cidade é educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o solo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época.. (FREIRE; PAULO; CORTEZ, 2001, p.13).

A importância de se ter boas educação. É necessário para que ocorra a prática de boas maneiras, para que ocorra uma melhor convivência, é necessário que se crie normas como leis que regem o trânsito, altura dos decidos som, largura de rua, praças, calçadas, de construções de prédio, e casas respeitando os limites impostos pela própria natureza, regulando também os descarte de matérias e o tratamento de água e esgoto, da compra e venda de terreno de alimentos e de todos os consumos de forma geral; a educação surge da necessidade da convivência entre os indivíduos, pois o futuro da cidade quem o faz são aqueles que ali residem; as boas maneiras surgem pela necessidade de convivência da própria sociedade nos aglomerados urbanos e de modo geral, se essas pessoas não tiverem estudo, não serão capazes de compreender o direito do próximo e respeitar e exercer o seu direito.

5.1. O papel da política na prática do ensino.

O progresso da sociedade surge através dos processos políticos. E esses processos são os discursos por melhorias que acaba definido o futuro da educação com investimentos e aparelhamentos das escolas e universidades metas que são estabelecidas para alcançar um parâmetro, formas de avaliações curriculares de transporte até essas unidades de ensino, de como deve ser aplicado os recursos direcionado a cada unidade de ensino, tipo de alimentação que deve ser servida a estes estudantes, estabelecendo conteúdos que devem ser ministrados aos estudantes dos níveis fundamental e médio e regularizando essas normativas em forma de leis através do PCNS e de normas criadas e estabelecidas na ABNT, para que se construam trabalhos e conteúdos de forma padronizada. Freire (2001; p.14) acredita que “Como não há educação sem política educativa que estabeleça prioridades, metas conteúdos [...]”.

Nas escolas durante o processo educativo nos níveis fundamental e médio deveria iniciar aprendizagem de conteúdo voltado à política de urbanização dando início no nível fundamental e finalizando no nível médio, para criar uma conscientização de deveres e obrigações a esses cidadãos que muitos deles acabam estudando apenas esse período e passa a ter obrigações muitas vezes como chefe de família e acabam parando os estudos e por falta até mesmo de conhecimento se torna pessoas com hábitos inadequados a convivência em aglomerados urbanos, pois não sabem exercer seu próprio direito, como na hora de escolher seus representantes eles têm a ferramenta como o direito de votar mais votam por ter recebido pequenos favores que nem são favores e simplesmente é obrigação desses governantes, ou anulam o seu voto que nada mais é do que abster de escolher o futuro de sua região.

Freire (2001; p.13) acredita que ”A própria política em torno de como sublinhar este ou aquele conjunto de romarias da cidade através de cujo, só existência, a cidade exerce seu papel educativo. Até aí, a decisão política nossa pode interferir”. A decisão política em que tomamos, pode interfere no processo urbano das cidades e na educação tanto nos níveis fundamental quanto no nível médio, pois esses gestores sejam na escola, municipal, estadual ou em nível de país, são eles que vão conduzir esses processos educativo, estabelecendo normas e criando condições para serem executados.

Se uma dessa escolha for de maneira equivocada todo o processo poderá ser afetado e ocorrer de forma ineficiente e não vai atender as expetativas esperada, a eficiência só ocorrera se esse processo for conduzido na melhor forma possível, as aplicações de recursos

destinados a cidades e às escolas têm de ser aplicado de forma que beneficie toda a sociedade que venha a necessitar dele, no caso das escolas além de aplicar tem que ter um bom critério como na escolha do material didático e na forma que vai ser repassado a esses alunos. Já na urbanização a escolha política interfere também, pois além de se aplicar os recursos de forma correta tem de fiscalizar os empreendimentos particulares para que tudo ocorram dentro da lei e que beneficie a sociedade.

Enquanto educadora, a cidade é também educanda. Muito de suas tarefas educativas implicam a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade ao sonha ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que a quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural a educação, a política da saúde, a dos transportes, a do lazer. (FREIRE; PAULO; CORTEZ, 2001, p.13).

A cidade educa as pessoas que nela vivem através suas transformações, gera uma necessidade de se adequar a este novo panorama, criando mudanças para beneficiar a sociedade como as alterações no trânsito para a melhoria do fluxo de veículos, as melhorias na infraestrutura que venha beneficiar a cidade no escoamento das águas pluviais ou do esgoto sanitário.

E essas mudanças traz benefício à população desse local, mas necessita que a sociedade se adeque a esse novo panorama, mudança gramaticais da própria língua ou simplesmente uma alteração nos métodos aplicados para se alcançar uma qualidade melhor na rede de ensino; surge a necessidade de se aperfeiçoar, a educação também não nascemos com ela mas aprendemos a cada dia a ser mais educado; a educação se forma através do próprio conhecimento e do respeito às regras existente na sociedade.

5.2. O ensino da urbanização nos níveis Fundamental e Médio.

O ensino da política de urbanização poderia ser iniciado durante o nível fundamental por universitários, no estágio obrigatório dando início com gincanas que despertassem a curiosidade dos alunos para interagir, pois os aglomerados urbanos exigem uma compreensão dos limites e das diversidades culturais étnicas de cada indivíduo para que ocorra uma convivência de forma pacífica, poderia dar início explicando sobre as diversidades étnicas e a importância de se respeitar as pessoas e colegas como elas são, com vídeos e palestra sobre o assunto.

No segundo momento passar a abordar sobre o papel das cidades interagindo com eles pedindo para que eles falem sobre o que eles acham de sua cidade e seu bairro, como eles gostariam que fosse, a importância das cidades num contexto atual mostrando vídeos e explicando, após essa explicação pedir eles que desenhem a rua de sua casa e desenhar as ruas de sua casa até sua escola só que com menos detalhes do que a rua em que eles residem e assim passando a explicar sobre mapas a história das primeiras cartas topográficas até os mapas dos dias atuais explicando sobre escalas e criando forma de interagir com eles nos mapas como dividir a parte da sala com duas linhas pregadas no piso da sala representando a linha do equador e do meridiano de greenwich e colocar sinalizado pregado do piso norte e sul e leste e oeste e sinalizar os paralelos e meridianos e pedir para eles se localizarem de acordo com a localização que você for colocar na lousa.

E essa dinâmica também pode ser aplicada no nível médio, dando seguimento, pode iniciar falando da cidade educativa perguntando para eles se nas ruas que eles residem têm meio fio, se são pavimentadas se têm bocas de lobos se há esgoto sanitário, após eles responderem falar sobre a importância de se ter esgoto sanitário para preservação da natureza, da saúde da própria população, a importância do meio fio e das galerias de água no escoamento pluvial, a importância da educação na cidade de não jogar lixo nas ruas para que não entupa os bueiros e cause inundação nas ruas durante o período chuvoso e nos córregos; a poluição que esse lixo provoca aos animais que eles afetam, a quantidade de tempo que essas matérias levariam para eles se decomporem, mostrar vídeos com exemplo de reutilização sustentável desses materiais reciclados, procurar instituição que faça esse trabalho na cidade e pedir para dar uma palestra no pátio ou quadra dessa escola e mostrar para eles a importância de se reciclar e expor esses matérias reciclados.

Na sequência só que para alunos do ensino médio que já têm uma maturidade maior falar sobre a urbanização, dando exemplo de como é importante a cidade ser conduzida de forma correta a importância de ser educado na cidade, como podemos melhorar a cidade, pois a cidade não é só o poder público que tem responsabilidade de cuidar dela mas também toda sociedade; mostrar vídeos de exemplo de como podemos fazer uma cidade melhor, pede para eles falarem sua opinião sobre o que eles poderia fazer no dia a dia para que se possa melhorar o lugar em que eles residem; explicar para eles a necessidade de exigir seus direitos e respeitar o direito do próximo; falar sobre a importância da política para a vida do cotidiano, como as decisões tomadas na política podem afetar suas vidas e a importância de fazer suas

escolhas com responsabilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão sobre política nos dias atuais, ainda são relevantes os pontos fundamentais apontados pelos autores desta pesquisa, fazendo uma reflexão sobre o papel da política atual observa-se que as sugestões teóricas foram positivistas para a época assim como suas experiências.

Quando se fale de uma época, por mais que esteja ultrapassado o sentido de política continua o mesmo que é liberdade e a garantia de vida, respeito é o bem público para que se possa ter qualidade de vida e não a violência.

Durante a pesquisa foi possível analisar o papel exercido pelas cidades e das condições das mãos-de-obra e das relações sociais existentes, a renda populacional e as estruturas habitacionais, os modelos de espacialização, os processos de segregação habitacional da sociedade, seu lazer e seus fatores como a saúde política que pode trazer benefício para sociedade e criando discussão sobre o processo urbano em nível de Brasil.

A urbanização desigual contextualizada por Santos procurou fazer uma análise do processo urbano para demonstrar forma de conhecermos a cidade dos países subdesenvolvidos através de dados para mostrar as suas diferenças, usando métodos possibilistas retratando a realidade desses países através dos dados dos países chamados de terceiro mundo desconstruído a hipótese de que os países pobres estão passando apenas por período que os países ricos já passaram.

A sociedade que não tem acesso a estudos como pesquisa de questionamento da realidade existente nesse local, não tem a compreensão do procedimento correto e com isso não questiona aquelas forças que estão estabelecidas e passa a ser uma questão de critério por não compreender os processos existentes, com a profundidade suficiente para poder diferenciar o certo do errado, sendo necessária a busca de pesquisa universitária esclarecendo o processo social dentro da política.

O principal problema da sociedade é a falta de esclarecimento no ato da criação de um loteamento, uma obra de benefício social ou cultural, pois só se vê a intenção, não se olha as viabilidades do projeto antes dele ser aprovado e executado, pois quando se aprova algo que não estão cem por cento do que é esperado, com isso se dá margem para que aconteçam por meta que não seja cumprida todas as etapas que deveriam ter ocorrido de maneira normal, para que fosse executada a aprovação do ato legal, e com isso acabam beneficiando as

minorias e provocando prejuízos que acabam em conflitos seja ele judicial ou até em protesto pela sociedade.

Foi observado que, a funcionalidade no espaço não ocorre de maneira igualitária, pois o interesse do capitalismo representado por pessoas locais em busca de valorizar seus empreendimentos acabam direcionando e delimitando esses investimentos sociais, só que dentro de suas propriedades vai gerar integração econômica valorizando-as, pois muitas pessoas que têm interesse de estudar ou trabalhar nessa universidade acabam negociando lotes ou casas que se localizam próximo, com isso movimenta todo um comércio da região elevando à procura por aqueles lotes mais próximo, nem que seja para comprar e deixar valorizando como se fosse uma poupança de lucro rápido e seguro.

Portanto, é a sociedade que cria a política que estabelece normas que gere o crescimento urbano essas normas se bem ou mal executadas interferem no processo da urbanização de forma que poderão trazer benefício ou prejuízo para a cidade.

E as alianças entre o poder público e a iniciativa privada se bem coordenadas são importantes para melhoria do processo de urbanização desde que a iniciativa privada faça acordo que invista em obras públicas trazendo melhorias para todos, porém, quando o poder público retira dinheiro que poderia ser investido em outras áreas em benefício da população e investe na iniciativa privada para beneficiar a população, mas principalmente a iniciativa privada deixa sempre o seu povo desguarnecido de algo seja recurso para a educação ou saúde; alguém vai acabar sofrendo alguma consequência mesmo que futuramente.

Portanto, as falhas ocorridas no poder público como a facilitação no ato de aprovação de loteamento a falta de fiscalização, as brechas deixada no ato de criação das leis, geram transtornos à população, de forma que deveres e direitos sejam burlados no ato da implantação de imóveis que iriam beneficiar a todos, acabam ficando esses problemas que mais tarde a população vai se cansando deles e cobrando o poder público que terá de sanar essas questões sem responsabilizar ninguém, pelos danos causados e retirando recursos de outras áreas importantes novamente se tornando um ciclo vicioso, quem cria a política é a sociedade em geral, mais uma vez criada perde força diante dela.

7. REFERÊNCIAS.

- ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 9-32. maio. 2004.
- ARAUJO, Claudicante Santiago. **História e Atualidade: Araguaína**, ed. Do autor, 2000.
- ARENDETT, Hannah, **O que é política?** Editora, Ursula Ludz, tradução de Reinaldo Guarany. 11ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.
- BECKER, Bertha K./Engler, Claudio A. G. Brasil: Uma Nova Potência Regional Na Economia-Mundo. 4ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.125.
- BRASI, Criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000.
- CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para compreender o mundo** In: CASTROGIOVANNI, A. (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri: **A Cidade.** 8 ed. 1ª reimpressão- São Paulo; contexto, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**, Ed. Ática, Serie Princípios. 1989 SP.
- FREIRE, Paulo, 1921-1997, **Política e Educação**, 5 ed. Cortez 2001.
- JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
- MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos Urbanos**, ed. Mosquatro 2005.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVA, Maria Auxiliadora da - **Da Universidade de São Paulo**, 3. Ed. SP: Ed. 2010.
- SILVEIRA, Marcos Cesar Borges da; **Herdeiro de sísifo: Trabalhadores no Norte do Antigo Goiás (1960 a 1975)**, Tese de Doutorado, UFRGS, Porto Alegre 2009.
- SINGER, Paul, 1973-1978. **Economia Política da Urbanização**, 5. Ed.
- SOUSA, Marcelo Araújo de. Brito, Eliseu Pereira de. **A expansão Territorial Urbana de Araguaína.** 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 15 ed. 1ª reimpressão-São Paulo: Contexto 2008

VASCONCELOS Filho, João Manoel, **O Direito à Moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacional na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**: Reflexão sobre Araguaína-To. Uberlândia: [sn], 2013 .

SITE VISITADOS

ARAGUAÍNA / CIDADE UNIVERSITÁRIA E CULTURAL <http://thymonthy-tocantins.blogspot.com/2012/09/araguaina-cidade-universitaria-e.htm> Acesso: 28 fev.2014

<http://leis.araguaina.to.gov.br/LeiComplementar/6/824.aspx>

<http://www.portalonorte.com.br/araguaina-5956-grupo-boa-sorte-lanca-empreendimento-imobiliario-na-cidade.html>.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm

<http://cidadebrasileira.brasilecola.uol.com.br/tocantins/historia-araguaina.htm>

Brasil: Programa Brasileiro de Acessibilidade urbana. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/transporte-e-mobil>. Acesso em: 05 de outubro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades@, Tocantins, Araguaína. Disponível: . Onte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=170210>: Acesso 12/jan./2016.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA ARAGUAÍNA 2012:

http://www.uft.edu.br/matematicaaraguaina/includes/ppc_licenciatura_em_matematica_araguaina.pdf Acesso 05/02/2016.

PEREIRA, Aires, José. Leituras de paisagens urbanas: Um estudo de Araguaína-TO. Uberlândia- MG-2013. (Tese doutorado)

http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3333/1/LeiturasPaisagensUrbanas_parte%201.pdf Acesso: 10: jan.2016.

PLANO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO | PMAE ARAGUAÍNA – TOCANTINS 2013. <http://araguaina.to.gov.br/portal/pdf/13.pdf> Acesso 12/dez/2015.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.4, n.11, p. 45-61, out. 2012.

Um estudo sobre as calçadas do bairro São João em Araguaína-TO Joaquina Conceição Dias; Sandra Maria Batista da Silva; Aires José Pereira

Fonte: PEREIRA, Aires José. Abril de 2012.

REVISTA VEJA; **as 20 metrópoles Brasileiras do futuro**. Ed. Abril , edição; 2180, ano; 43, Nº 45, p.98. Data; 01/09/2010.

Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO), Ano 01, no 02 , p. 36-47, jan – jun, 2013. [gashhttp://www.revista.uft.edu.br/index.php/geografia/article/downloadSuppFile/520/50](http://www.revista.uft.edu.br/index.php/geografia/article/downloadSuppFile/520/50)
Acesso 28 fev. 2014. Gaspar